

JUNTAS

Por que e como organizações brasileiras e de todo o mundo podem atuar juntas na defesa do comum



PELO

um manifesto propositivo do Instituto Procomum

COMUM

Introdução

Este documento é resultado de um processo intenso de pesquisa, reflexão e diálogo envolvendo equipe e parceiros do Instituto Procomum (IP) ao longo do último ano. Desde que nascemos como organização (2016), apostamos que a perspectiva do comum abre novos caminhos de atuação política para o fortalecimento da democracia, contribuindo com processos localizados de transformação social mas também com potencial para influenciar e orientar o desenho de políticas públicas e macro-estratégias efetivamente transformadoras.

Coordenado pelo ativista e doutor em ciência política João Brant, o documento afirma o papel central que o comum pode desempenhar na reorganização da política neste momento do Brasil. Entendemos as páginas que se seguem como ponto de partida de uma pesquisa-ação. Por isso, além de publicado em .PDF e impresso, temos também uma versão do documento em nosso site com espaços para comentários em cada um dos parágrafos e estamos abertos a convites para apresentá-lo e debatê-lo. O plano é que possamos evoluir nos diagnósticos e nas propostas a partir da colaboração de outras vozes que estão ativamente e diariamente inventando alternativas concretas e criativas para os graves problemas sociais da atualidade.

Nos últimos anos, vimos que o comum ressurgiu como conceito político essencial para a organização da luta dos movimentos sociais, como é o caso do #OcupeEstelita em Recife e de outros agrupamentos de luta pela terra nas cidades. Também vimos que a ideia de bem-viver, tão próxima a de comum, passou a ser reivindicada por grande parte dos povos indígenas brasileiros, pelos militantes da Teia dos Povos e da Marcha das Mulheres Negras. Não resta dúvida, portanto, da centralidade desse tema para o nosso tempo.

Neste novo ciclo eleitoral, pós-impeachment, com o país vivendo um período de rupturas institucionais e retrocessos, acreditamos, por fim, que este manifesto do comum (mão estendida, não punho cerrado) pode contribuir programaticamente com algumas candidaturas do campo progressista, sobretudo as de ativistas e militantes de base em busca de um lugar no parlamento. Nosso interesse principal, que não pairam dúvidas, é na construção de processos políticos autênticos e de baixo para cima. Vamos agir juntxs pelo comum. ■



A busca por novos horizontes e novos trajetos

A busca por um mundo organizado em torno de valores solidários, baseado em práticas colaborativas e numa ética do compartilhamento, igualitário e sustentável, move milhões de pessoas todos os dias. Esse empenho é visível na atuação de pequenas agricultoras, trabalhadores cooperativados, produtores culturais, famílias sem-teto, coletivos feministas e grupos comunitários de diferentes naturezas, gente que desafia, em suas práticas cotidianas, a lógica competitiva e excludente que organiza parte significativa da sociedade.

No cerne destas lutas está o enfrentamento à tentativa do capitalismo em transformar todos os bens, espaços e práticas em mercadoria. A exploração crescente dos recursos humanos e dos recursos naturais têm tido como consequência histórica maior desigualdade e menor sustentabilidade - estamos diante de um verdadeiro colapso sócio-ambiental.

Neste processo de resistência, a principal alternativa à lógica da mercadoria construída historicamente - e colocada efetivamente em prática em vários momentos - foi a propriedade e a gerência de bens e recursos pelo Estado, com diferentes abordagens. Desde os regimes socialistas até o Estado de bem-estar social, houve uma gama ampla de países que buscaram dar protagonismo aos agentes estatais e enfrentar por este caminho as desigualdades do capitalismo. Contudo, esse pretensão antidoto não necessariamente gerou sociedades mais igualitárias e democráticas. O resultado foi desigual. Em alguns casos, houve avanços reais e diminuição da desigualdade, em outros houve avanços sociais com perdas de direitos

civis, e ainda há casos onde o resultado foi maior concentração e menor distribuição de poder e riqueza.

Evidentemente, essas experiências não podem ser analisadas apenas à luz das opções individuais feitas por cada nação. O cenário de divisão internacional do trabalho, a financeirização do capitalismo, a repressão a fluxos migratórios e a abertura de fronteiras para o comércio internacional, além de questões geopolíticas relacionadas à exploração de recursos minerais, influenciam muito os resultados que diferentes sociedades colheram. De toda forma, não dá para dizer que o protagonismo estatal ajudou, por si, a resolver os problemas intrínsecos ao modelo capitalista. Em parte, porque Estados fortes muitas vezes atuam não em contraponto, mas em aliança com o capitalismo das grandes empresas. Outras vezes porque os horizontes postos mostraram-se insuficientes para o tamanho da tarefa.

O atual momento histórico torna ainda mais complexo o enfrentamento à lógica da mercadoria. Assistimos hoje a um esgotamento dos modelos econômico e político que guiaram o mundo nas últimas décadas. O modelo de desenvolvimento baseado na busca desenfreada por crescimento econômico e a financeirização do capitalismo geraram a maior crise do capitalismo em sua história, com graves consequências sociais e ambientais. De sua parte, os sistemas políticos e eleitorais adotados nas democracias ocidentais mostraram-se incapazes de atuar de forma independente do mercado e de lidar com a demanda por mais participação e transparência, o que os fez perder representatividade e legitimidade.

Todavia, mesmo em crise, os modelos econômicos e político não se encontram propriamente ameaçados. A concentração de poder e de riqueza tem sido mantida por setores que se beneficiam dela, em um cenário de ampliação da desigualdade. Desde a década de 1970, a desigualdade econômica tem crescido, em tendência oposta à dos 60 anos anteriores[1]. Ao mesmo tempo, os modelos políticos, ainda que em crise, seguem sem sofrer pressões que os afetem estruturalmente.

Mas os problemas não estão apenas no modo de produção ou no sistema econômico. A desigualdade que se materializa no campo econômico está diretamente ligada a questões de ordem cultural, que reforçam esta desigualdade e fazem com que ela afete diferentemente sujeitos com histórias e identidades distintas. Todas as sociedades vêm historicamente diferenciando sujeitos. O machismo, a LGBTfobia, o racismo e diferentes formas de preconceito étnico marcam a cultura e a organização social de

todos os países, em maior ou menor grau. Essa condição, além de se cruzar com a desigualdade econômica, reflete e cria desigualdades de outras ordens, com impacto individual e social cotidiano sobre grupos oprimidos. Às consequências sociais, culturais, econômicas e políticas do preconceito e da discriminação se somam dimensões de sofrimento individual indelévelis.

Os grupos oprimidos reagem, como sempre reagiram. Nos últimos 40 anos acentuaram-se lutas baseadas nestas expressões de desigualdade, de natureza identitária, associadas ou não às questões econômicas. Ganhou força a defesa de igualdade de direitos - em especial civis e sociais - de mulheres, negros, grupos étnicos e indígenas, gays, lésbicas e pessoas trans, em movimentos que constituíram novos protagonismos - e novos antagonismos. Da mesma forma, movimentos que antagonizaram com a opressão do colonialismo e o neo-colonialismo - em especial na África, na Ásia e América Latina - fortaleceram novos e velhos sujeitos subalternizados.

Neste cenário, movimentos sociais, coletivos, trabalhadoras e ativistas preocupados em alcançar um mundo menos desigual e mais sustentável tem buscado alternativas que não se fiam apenas em apostas externas, mas que estejam baseadas no protagonismo desses próprios setores - inclusive, e especialmente, de corpos que estiveram historicamente aliados do protagonismo social e político. Buscam, sobretudo, novos horizontes e novos trajetos que permitam reenquadrar as possibilidades de ação e os discursos que mobilizam desejos e utopias.

O comum como horizonte

Nessa busca por alternativas, a referência mais potente e democrática tem sido encontrada na afirmação do **comum** como princípio e prática de organização da propriedade e da gestão de bens, espaços e práticas. O **comum**, mais do que um modelo formal, é um arranjo e um processo pelo qual se garante a gestão e organização de bens por uma comunidade ou pelo conjunto da sociedade. No **comum**, a posse é coletiva, assim como a gestão e governança desses bens e espaços. O **comum** se define pelo conjunto recurso + comunidade + protocolos de autogoverno, ou seja, no **comum** os meios e os fins estão organicamente imbricados. Tomar o **comum** como referência implica em tomar a dimensão da invenção e da construção como parte constitutiva dos processos de gestão de bens, espaços e conhecimentos.

Por mais força que o conceito carregue, contudo, não se trata de estabelecer aqui uma nova panaceia. O comum deve ser entendido como uma lente que permite ressignificar processos e produzir práticas políticas instituintes que ajudam a moldar o mundo em outras formas. A ideia de que bens naturais, intelectuais ou materiais possam ser apropriados pelo conjunto da sociedade e serem administrados por autogoverno, em vez de ter propriedade e gestão privada ou serem controlados pelo Estado, é certamente desafiadora. Afinal são pelo menos quatro séculos de afirmação da propriedade privada como forma principal de organização social e econômica, com implicações políticas e culturais. O modelo mental ocidental está fundado nestes paradigmas. Em paralelo, já temos alguns séculos de aposta no Estado como garantidor do acesso público aos bens comuns, enquanto a prática mostra que ele pode ser tanto um agente de democratização e de garantia de direitos como um instrumento de manutenção de uma estrutura social excludente e desigual.

A luta central, portanto, não deve estar na afirmação ou negação de agentes – públicos ou privados – mas na defesa de determinados princípios e condições que favoreçam a apropriação e gestão social baseada no comum. Trata-se de estabelecer novos horizontes normativos, que nos permitam fortalecer uma organização dos bens, espaços e práticas em outras bases, de forma a gerar uma sociedade mais igualitária e sustentável.

A afirmação do **comum** como referência permite dar um sentido geral comum a lutas que vêm sendo travadas por gerações novas e antigas, com a oxigenação e inovação que o momento histórico exige, mas com a preservação das experiências intuitivas e ancestrais. O **comum** estabelece um horizonte novo e potente que exige novos trajetos e convida a repertórios e práticas criativas, que alargam a percepção de igualdade e sustentabilidade ao mesmo tempo que as constroem.

Isso porque o **comum** carrega consigo uma dimensão utópica de organização da sociedade em outras bases, que supera a cisão natureza-cultura, assim como de um modo de pensar e agir nesta direção. Mais além, a construção do **comum**, pela própria natureza do conceito, implica em afirmar hoje o modelo de vida e relações humanas que queremos ter amanhã, em que a construção de comunidades se torna caminho possível para a invenção de mundos. Agir desde já sustentado nos valores do **comum** significa não separar a construção, a invenção e a luta de hoje da utopia imaginada do amanhã.

É importante ter claro que o **comum** não é uma abstração, ele existe e funciona em experiências reais e concretas por todo o mundo. Desde a gestão coletiva de sementes na Índia até a Wikipedia, passando pela gestão comunitária de espaços ou processos políticos na Espanha ou na América Latina, arranjos baseados na posse e gestão coletiva de bens, práticas e espaços disputam, efetivamente e todos os dias, os rumos de nossa sociedade.

Nosso objetivo aqui é propor estratégias e táticas coletivas para conquistar mais espaço para o **comum** na nossa sociedade atual. Atuar politicamente pelo comum implica em reconhecer o terreno em que estamos pisando. A política, afinal, precisa conectar um cenário imaginado a uma realidade concreta. Se, por um lado, fazer política sem despertar a imaginação e o desejo de um outro mundo não tem potência para gerar transformação, por outro é preciso haver sempre a clareza de que partimos de condições e circunstâncias concretas que não escolhemos, mas que estão dadas e a partir das quais devemos buscar trilhar o caminho da transformação.

Este manifesto propositivo parte de quatro 'listas' que compõem um programa e uma estratégia para avançar na luta pelos comuns:

- 10 problemas que nos unem
- 10 razões para o comum ser nosso horizonte
- 10 propostas para uma agenda de afirmação do comum
- 10 estratégias para avançar na luta pelo comum

2 10 problemas que nos unem

1 O grande problema do mundo é a desigualdade, em todas as suas formas. E ela tem crescido e afetado diferentemente os distintos setores da sociedade. Dados organizados pelo economista Thomas Piketty mostram que a desigualdade entre o 1% mais rico e o restante da população cresceu em países desenvolvidos - como Reino Unido, Estados Unidos e Austrália - e em desenvolvimento - como Indonésia, Argentina, África do Sul e Índia - entre 1970 e 2010. Na perspectiva de Piketty, quando a taxa de retorno sobre o capital excede a taxa de crescimento econômico, a desigualdade tende a aumentar. Dados da OXFAM mostram que de toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta¹. Enquanto isso, a metade mais pobre da população global - 3,7 bilhões de pessoas - não ficou com nada. A organização vai além nas suas conclusões:

- "A riqueza dos bilionários aumentou 13% ao ano, em média, desde 2010 - seis vezes mais rapidamente do que os salários pagos a trabalhadores, que tiveram aumento de apenas 2% por ano, na média, no mesmo período. Enquanto isso, mais da metade da população mundial vive com renda entre US\$ 2 e US\$ 10 por dia.
- O patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a R\$ 549 bilhões em 2017, num crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres do país viram sua fatia da renda nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% para 2%.

¹ <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas>

- O Brasil tem hoje cinco bilionários com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população brasileira”².

Mas a desigualdade não é uniforme no conjunto da população. Dados compilados pelo Ipea no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostram que:

- As mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana.
- Mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas, enquanto entre os homens o índice é de cerca de 50%. Essas proporções se mantiveram quase inalteradas ao longo de 20 anos.
- O rendimento médio mensal é maior entre homens brancos, seguido de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Em 2015, mulheres negras recebiam em média 41% do rendimento mensal de homens brancos em sua ocupação principal³.

O desemprego também atinge mulheres e negros de forma diferenciada. Em 2015, a taxa de desocupação entre mulheres era de 11,6%, enquanto a dos homens atingiu 7,8%. No caso das mulheres negras, ela chegou a 13,3% (e 8,5% para homens negros).

A OXFAM afirma que “no ritmo atual de mudanças, serão necessários 217 anos para reduzir as diferenças salariais e oportunidade de empregos entre mulheres e homens”⁴.

A desigualdade econômica se reflete também na desigualdade de acesso aos meios para transformar esta situação: os meios produtores de notícia e informação são controlados pelas elites econômicas, os bens e serviços culturais são mais acessíveis para os cidadãos de maior renda e o acesso à infraestrutura - desde saneamento até Internet - também é dependente de renda.

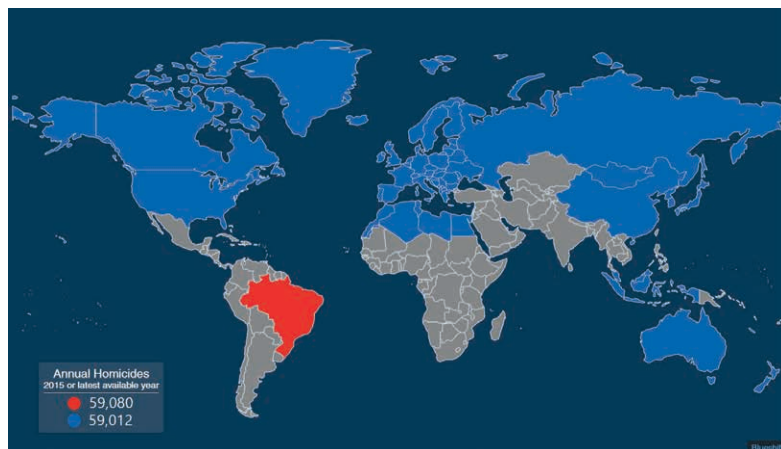
2 Idem ib.

3 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.4.pdf

4 <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas>

2 A violência contra negros e mulheres atinge níveis alarmantes e é o principal problema social do Brasil. Mulheres e negros não apenas sofrem mais com a desigualdade econômica como são atingidos todas as horas pela violência de gênero e racial.

Em 2015 foram mais de 59 mil homicídios no Brasil. O índice equivale à soma de homicídios nos Estados Unidos, Canadá, toda a Europa, todo o norte da África, Rússia, China, Mongólia, Japão, Indonésia, Austrália e Nova Zelândia, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: Metrocosm, com crédito ao usuário Speech500 do Reddit pela versão original⁵.

Segundo o Atlas da Violência 2017⁶, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência⁷.

Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada duas horas.

⁵ <http://metrocosm.com/homicides-brazil-vs-world/>

⁶ Publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>

De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% entre os não negros, para os negros houve aumento de 18%⁸.

Embora os índices de homicídios sejam mais alarmantes entre os homens, a situação entre as mulheres negras também tem piorado. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%⁹.

Além disso, a violência de gênero faz vítimas todas as horas:

Uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no Brasil.

A cada hora, mais de 500 mulheres são vítimas de violência no país.

3 Modelos de desenvolvimento moderno baseiam-se em um abismo entre seres humanos e a natureza, e o reproduzem cotidianamente. O modelo de desenvolvimento que gerou o crescimento econômico das últimas décadas foi baseado na exploração predatória dos recursos naturais e no desequilíbrio do meio-ambiente, fomentados por governos de direita e de esquerda. Essa foi a realidade tanto internamente aos países como na relação entre países centrais e periféricos - estes muitas vezes sustentaram, com seus recursos naturais, o desenvolvimento daqueles. Algumas exceções se deram já na primeira década deste século em países como Bolívia e Equador, com a afirmação da perspectiva do bem-viver, que busca entender os seres humanos e a natureza de forma organicamente integrada. Mesmo esses países, contudo, têm experimentado práticas de governo que contradizem essa referência normativa, o que gera resistência de grupos indígenas e comunidades marginalizadas. Os indígenas, aliás, são os que constituíram comunidades de fato sustentadas nos princípios do bem-viver. Mas o mundo ainda ressentido de experiências públicas potentes sob este paradigma.

4 Os sistemas econômico e políticos predominantes se baseiam na premissa de que somos naturalmente apenas egoístas e auto-centrados, e portanto agimos como base apenas na competição e no individualismo. A lógica de que o homo economicus e a escolha racional

⁸ <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-lanca-campanha-pelo-fim-violencia-contrajuventude-negra/>

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-juvensao-as-maiores-vitimas>

individual governam os sistemas econômico e político se baseia em algumas características inerentes aos seres humanos, mas é errado tomar essas como as únicas dimensões normativas. Esse desenho gera um cenário de disputa de poder e competição desenfreada, que gera falta de sentido, desconforto e mal-estar na civilização. Isso faz também com que o Estado legisle apostando que tudo vai dar errado, sem poder contar com a expectativa de colaboração e construção conjunta das pessoas. Definimos como regra para a sociedade sempre o pior cenário. Não à toa ele é tão frequente. Virou normativo.

5 Depositar no Estado as expectativas do povo de que possamos viver dentro de um sistema igualitário não tem dado o resultado esperado. Parte da esquerda e dos setores progressistas atribui ao Estado papel quase divino. A despeito das promessas que o modelo estatal gera, as entregas são limitadas e muitas vezes protetivas aos interesses das classes dominantes. Isso tem a ver com a dinâmica de conquista e ocupação do Estado. O Estado tem monopólio da gestão pública, e os cidadãos são tratados apenas como usuários. Isso facilita a captura do Estado pelos interesses privados de poucos[2]. Como aponta David Bollier, “con el beneplácito de la ley, los inversores y especuladores extranjeros simplemente negocian transacciones comerciales con gobiernos cordiales y autocontratantes que reciben de buen grado el saqueo de su patria”¹⁰. No Brasil, nos anos recentes assistimos à enorme capacidade e aos enormes limites do Estado como motor de transformação. Houve significativos avanços das experiências de administração pública pela esquerda, mas há um esgotamento da experiência, pela dificuldade de avançar sem promover mudanças estruturais. Experiências importantes de proteção dos interesses sociais, ainda que incompletas e contraditórias, se deram em países como Bolívia, Portugal, Islândia e Uruguai. Em suma, se parece impossível e indesejável abandonar a referência do Estado como possível organizador e promotor do interesse público, é fundamental reconhecer que a disputa sobre essa estrutura tem sido feita com mais sucesso pelos setores que já são economicamente dominantes.

10 BOLLIER, David (2016). Pensar desde los comunes: una introducción. Sursiendo + Traficantes de Sueños + Tinta Limón + Cornucopia + Guerrilla Translation. p. 52

6 O cercamento e a privatização dos bens comuns concentra em poucas mãos recursos de toda a sociedade. Em geral esses processos se dão na pior forma de associação do Estado com o setor privado. Exemplos evidentes são as parcerias dos governos com mineradoras e outros grupos exploradores de recursos naturais. O cercamento é uma realidade também em diversas frentes: cercamento de variedades de plantas e frutos, espaços e infraestrutura, cultura, conhecimento acadêmico, remédios etc. Este cercamento se configura às vezes como efetiva posse de recursos, às vezes como mercantilização e financeirização de bens e recursos. O cercamento é a verdadeira tragédia do comum.

7 A democracia representativa tal como a conhecemos está sendo usada para manutenção de privilégios. Os atuais sistemas políticos expõem cidadãs e cidadãos do real exercício de poder. Mulheres, negros e outros grupos oprimidos são os mais afetados. Vivemos uma sociedade em que privilégios se acumulam em pilhas: ricos, homens, brancos, heterossexuais, que vivem em países do Norte global, cada um desses é um fator de aumento dos privilégios e da desigualdade. Os modelos de democracia formal foram historicamente instrumentalizados para a manutenção dos privilégios. Isso não é um problema do modelo - afirmar a democracia é vital para a busca da igualdade. Mas é preciso disputar seus rumos.

Por um lado, a alienação de parte da sociedade dos processos decisórios garante concentração de poder, facilitando a manutenção da atual forma de funcionamento. Por outro, ao alienar as cidadãs e cidadãos, ela diminui a confiança no atual sistema e o sujeita a crises mais profundas. Mas a crise de representatividade que hoje assombra a democracia representativa em vários países do mundo não gerou modelos fortes o suficiente para confrontar suas distorções. Há experiências vivas e ricas, recentes ou em curso, como o orçamento participativo no Brasil, o municipalismo na Espanha ou a construção colaborativa da Constituição da Islândia, mas são pontos fora da curva de um funcionamento conservador.

A distribuição do poder hoje está marcada pela força do poder econômico e pelo exercício cotidiano de exclusão e expulsão de cidadãs e cidadãos do real exercício de definição sobre os rumos da sociedade. Mas a exclusão não vem só dos sistemas políticos instituídos. A divisão dos cuidados com a família e do trabalho doméstico concentra trabalho nas mulheres e reforça privilégios econômicos e políticos dos homens.

Neste quadro, é preciso saber se estamos rumo a uma crise de potencial transformador ou se a formulação de uma política baseada no comum é parte essencial de um processo de aglutinação que possa ajudar a superar os limites do modelo atual.

8 O neoliberalismo aniquila as diferenças e os distintos modos de vida em seu processo de expansão planetária. O neoliberalismo reforçou, desde a década de 70, a tendência à concentração e à mercantilização dos bens, serviços e relações de todo tipo: privatização de acesso a recursos básicos de primeira necessidade, ampliação excessiva de direitos de propriedade intelectual, monetização de todos os tipos de bens. Da forma como é vivido hoje, ele não deixa espaço para outros modos de vida - as alternativas são sufocadas. Essa realidade é intrínseca ao modelo, e gera processos de conflito em todo o mundo. Nos países periféricos, onde a exploração interna se soma à exploração internacional, é comum o uso da violência como forma de garantir as premissas de manutenção do modelo capitalista excludente.

9 O atual momento é de estrangulamento dos sonhos, desejos e utopias de transformação social e política. Desde a queda do Muro de Berlim houve uma derrocada das utopias. A primeira década deste século viu uma nova onda de projeção de sonhos e utopias, da qual o Fórum Social Mundial foi a melhor expressão de conjunto. Entretanto, a percepção é de que o sarrafo tem sido colocado cada vez mais baixo. A complexificação das relações de trabalho e as dificuldades de Estados progressistas manterem suas políticas de bem-estar social faz com que se tornem mais complexos os processos de organização e resistência.

10 As subjetividades estão sufocadas e subjugadas à cultura excludente, o que afeta negativamente nosso modo de vida - individual e social. Num ambiente marcado pela competição, super exploração e opressão, é difícil manter vivas as subjetividades. O adoecimento social reforça o adoecimento individual - segundo a Organização Mundial de Saúde, os índices de suicídio cresceram 60% nos últimos 40 anos, e esta é a segunda causa de morte entre crianças e jovens entre 10 e 24 anos. De um lado, vivem-se os efeitos da hipercompetição, subsalário, aumento de jornada e exclusão social promovidos pelo ethos neoliberal. Por outro, há

um claro processo de aceleração, reorganização da sociabilidade e isolamento psíquico fruto da mediação comunicacional das relações sociais e interpessoais. Franco Berardi chama atenção para o efeito de fragilização psíquica que tem a estimulação e frustração contínua provocada pelas redes sociais¹¹. O adoecimento efetivo é explorado pela indústria farmacêutica: só no Brasil o uso de anti-depressivos cresceu 74% e o de ansiolíticos 110% entre 2010 e 2016, segundo a OMS¹². ■

11 <http://outraspalavras.net/posts/neoliberalismo-assexualidade-e-desejo-de-morte/>

12 <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/consumo-de-antidepressivos-cresce-74-em-seis-anos-no-brasil/>

3

10 razões para o comum ser nossa perspectiva e nosso horizonte

1 **1** O comum é um referente potente de enfrentamento das desigualdades. Se reconhecemos que a desigualdade é um problema central, então é preciso pensar respostas que tragam este como um objetivo intrínseco. O comum é, por natureza, um processo de defesa simultânea da igualdade e da diversidade, a partir da apropriação dos recursos por comunidades inteiras ou pelo conjunto da sociedade. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, "temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades". O comum é, em si, na maioria das vezes, uma forma de disputa ou realização de poder com enorme potência democratizante.

12 O comum é estratégia e prática de enfrentamento à violência.

A violência de gênero e racial que marca o país é determinada por um conjunto de fatores, entre eles a reprodução do patriarcalismo e do racismo que são constituintes históricos de nossa sociedade. A não interrupção deste círculo histórico de reprodução da violência é fruto de três motivos centrais, bastante inter-relacionados: o primeiro é que a violência é parte de um processo de dominação que determina lugares fixos em nossa estrutura social para os diferentes sujeitos - e não há interesse dos que praticam esta dominação em permitir qualquer alteração neste quadro. O segundo é que a estrutura social brasileira é marcada pela experiência da escravidão, cujos efeitos principais não foram enfrentados institucionalmente pelo país. O terceiro elemento é uma dimensão cultural que naturaliza as diferenças e o preconceito. Estes três fatores são atacados pelo comum, por sua essência, que promove uma consciência ativa da alteridade igualitária a partir da aceitação da vida em coletivo - sendo esse coletivo formado pelos humanos, suas criações (os não-humanos) e os demais seres viventes que co-habitam a Terra (ela própria um ser vivo). Um sistema sócio-ecológico, como propôs Elinor Ostrom em seus últimos trabalhos. O comum é também uma transformação cultural de grandes proporções, não apenas como resultado de escolhas racionais, mas de um processo escorado em afetos, sentidos e na espiritualidade.

13 O comum depende de uma concepção que compreende os seres humanos e a natureza como unas.

O comum parte de uma concepção da vida como um comum partilhado entre todos e de uma percepção orgânica da relação com a Terra. Andreas Weber afirma que nossos compromissos metafísicos tácitos constituem a base mesma das nossas estruturas políticas e econômicas de 'livre mercado'. Como aponta Bollier, "los seres humanos no somos átomos aislados a la deriva en un universo inmenso e indiferente. Nuestra subjetividad humana no está separada de una naturaleza que existe como un 'otro', extraño e incommensurable. Los límites de lo subjetivo y lo objetivo, lo individual y lo colectivo se desdibujan y difuminan, exactamente como en un procomún"¹³. Talvez a melhor

13 Op. cit., p. 148

inspiração de efetivação desta concepção esteja na formulação dos povos andinos do 'bem-viver', que traz essa outra perspectiva normativa em seus princípios, como citado por Bollier: "el buen vivir valora las ideas de la autonomía comunitaria, la reciprocidad social, el respeto por los ecosistemas naturales y la moralidad cósmica. De muchas maneras, los pueblos aborígenes, las culturas tradicionales y los comuneros que se encuentran atrapados en los sistemas de mercado intentan expresar una cosmovisión que trascienda el instrumentalismo racional y la mentalidad económica del capitalismo. En este sentido, el procomún es mucho más que la gestión de recursos: es una ética y una sensibilidad interna"¹⁴.

14 O comum se baseia na ideia de que o ser humano não é naturalmente apenas egoísta e autocentrado, mas colaborativo e generoso.

A natureza humana é, ao mesmo tempo, egoísta e altruísta, competitiva e colaborativa, auto-centrada e generosa. O nosso sistema social e cultural pode estimular ou conter essas características. Os sistemas de organização social e econômica predominantes reforçam a lógica excludente; o comum reforça a lógica integradora. Diversos estudos científicos apontam como a ética humanista de colaboração e compartilhamento é constitutiva do ser humano. Com estruturas e normas sociais que a sustentem, a sociedade pode optar por se organizar nestes valores, e não naqueles excludentes que hoje marcam nossas normas legais. "El intercambio social recíproco forma parte de la esencia de la identidad, comunidad y cultura humanas y representa la función biológica vital que permite que la especie humana sobreviva y evolucione"¹⁵.

15 O comum representa a aposta numa dimensão coletiva sem depender de uma instituição forte e vertical de mediação para gestão e uso de todos os bens. Em teoria, o Estado é uma estrutura montada para administrar os bens públicos, de forma a garantir o bem-estar coletivo. Contudo, pela sua dimensão e força, ele se torna um instrumento de administração de interesses de determinados setores da sociedade, em

14 Op. cit., p. 157

15 Bollier, op. cit., p. 87

geral aquelas que têm mais condição de incidir diretamente sobre essa estrutura. O comum envolve de forma permanente o conjunto dos interessados nas decisões e processos de gestão sobre os bens de interesse público, o que o faz superar parte dos problemas inerentes à natureza do Estado. É verdade que parte dos comuns é tão grande que precisa ser administrada pelo Estado, mas mesmo isso pode ser feito com participação muito maior dos cidadãos. O referente normativo do comum, portanto, não nega o Estado, mas busca superar os limites de um modelo que centraliza a gestão, mantém quase sempre fortes relações com o poder econômico, e aliena os cidadãos das tomadas de decisão.

16 O comum distribui riqueza de forma orgânica, considerando as diferentes necessidades e contribuições. A lógica do comum garante que os bens e espaços são usados de acordo com a necessidade de cada um, de forma a gerar o maior bem-estar coletivo possível. Ao contrário dos processos de cercamento, no comum é a fruição comunitária dos bens, espaços e práticas que organiza e determina a distribuição das riquezas.

17 O comum distribui poder, esvazia privilégios e empodera cidadãos e cidadãos. O estabelecimento do comum como referência normativa para sistemas e práticas políticas implica em adotar formas de participação permanente e efetivas em definições do Poder Executivo e mandatos do Poder Legislativo. Sem dinâmicas permanentes e efetivas, não há a própria realização do comum. Nesse sentido, o comum é, ao mesmo tempo, condição para democratização da política e consequência dessa democratização. Melhor dizendo, o comum é a própria democratização. O comum permite, assim, um modelo permanente de coprodução política, um tipo mais profundo de implicação no processo de fazer a política.

Por sua própria lógica, o comum convoca a uma atuação política permanente. A luta pelo comum não existe dissociada da prática do comum. Os comuneiros são parte constitutiva do comum e o pertencimento é um indicador chave do comum. Assim, o comum desconcentra poder e aumenta a confiança dos cidadãos e cidadãs no próprio sistema político. Ele não obriga todos a se envolverem em todos os processos, mas se realiza a partir da abertura que rompe a relação de alienação hoje existente.

18 O comum tensiona com o neoliberalismo e o capitalismo, sem precisar enfrentá-los diretamente para ganhar espaço. A base de estruturação social, cultural e econômica do comum carrega sentido oposto ao do neoliberalismo e à do capitalismo, mas sua realização não depende de 'trocar' ou 'derrubar' o sistema. O comum se afirma a partir de suas partes, da tomada de espaço pelas margens e bordas, pela prática que se diferencia do capitalismo. É na ação, e não no discurso estéril, que o comum tensiona com o capitalismo: práticas colaborativas, relações de produção modificadas, real espaço para a expressão das multiplicidade das minorias, impedimento de cercamentos, todas essas práticas são contrapontos reais e efetivos à lógica excludente da mercadoria que organiza o capitalismo.

19 O comum promove um horizonte utópico sem depender de abstrações. Parte da dificuldade de realizar as utopias que buscam a igualdade é que elas dependem de uma projeção imaginativa sem a qual não se realizam processos de luta e enfrentamento. A lógica descentralizada e capilarizada do comum faz com que ele não seja uma promessa descolada do presente, mas uma a utopia construída desde hoje. O comum não depende de um processo disruptivo centralizado para se impor. Ele disputa espaço a partir de práticas distribuídas, em todos os territórios físicos e simbólicos.

20 O comum desperta, ensina e encarna uma outra forma de viver, em que as subjetividades são parte constituinte e fundamental.

O comum depende da troca e da interação entre as pessoas para se realizar. Esta dinâmica traz as subjetividades para o primeiro plano, articulando-as de forma harmônica com a dinâmica coletiva. Ao mesmo tempo, o comum depende do reconhecimento do outro, o que diminui a fragilização e o isolamento psíquico. O fato de ser muito limitado o campo que se reconhece como parte do comum não significa que não haja milhares de experiências vivas baseadas nessa lógica. Há um novo mundo sendo inventado todo dia pelos 'de baixo'. Cozinhar junto, dançar junto, ocupar juntos etc. Este cenário convida a uma atuação mais orgânica dos comunitários e daqueles que acreditam no comum como um paradigma potente de transformação social e democratização da sociedade. ■

4

10 propostas para uma agenda de afirmação do comum

21 Concretizar e dar visibilidade aos comuns. É preciso jogar luz sobre os processos em curso, reconhecer e identificar as experiências sustentadas nesse paradigma no Brasil e no mundo: ocupações, intervenções no espaço público, festas populares, arranjos coletivos de diferentes tipos. A disputa deve ser real e simbólica, ou seja, avançar não apenas na discussão pública, mas nas práticas, a partir da realização do comum, da experimentação e da criatividade.

22 Denunciar e lutar pelo impedimento de processos de cercamento pela ação privada e/ou estatal. Se há uma dimensão de ação propositiva, há também uma dimensão de resistência fundamental na defesa do comum. Impedir cercamentos de bens, ambientes e práticas é condição fundamental para que o comum não perca espaço para o processo de mercantilização.

23 Atuar para estabelecer novos acordos e instituir práticas mais solidárias no interior da vida. É preciso reconhecer a importância da partilha dos trabalhos reprodutivos e do cuidado como base para a edificação de uma sociedade sustentada no comum. Como escreve Silvia

Federici, as mulheres formam a primeira linha de defesa contra os cercamentos, e muito do que conhecemos das culturas comunais só chegou até nós por conta dessa luta. Historicamente, o trabalho reprodutivo e os cuidados estiveram a cargo das mulheres. O fim dessa imposição é precondição para uma vida em comum.

24 **Garantir o Estado como sustentador do comum.** O Estado pode e deve atuar como garantidor do comum, por medidas regulatórias e por políticas públicas, seja na administração direta de comuns cuja dimensão dependa de gestão estatal, seja na realização e aplicação do orçamento público de forma a fortalecer políticas sustentadas no comum. É preciso também mudar o paradigma na construção das políticas – o Estado tem de poder legislar a partir da referência do comum, sem ter o 'pior cenário' como referência permanente e normativa. A gestão dos bens comuns pelo Estado deve se dar sempre no mínimo nível de governança para garantir os princípios de interesse público, como acessibilidade ampla e democrática. Outra forma de o Estado sustentar o comum é construir políticas a partir do reconhecimento de práticas das próprias comunidades, das potências e carências de cada território.

25 **Disputar territórios físicos e simbólicos.** Cada vez que um território físico é demarcado para uso comum, como no caso de terras indígenas, estabelece-se um avanço para esta agenda. O mesmo se dá cada vez que regras de uso de territórios simbólicos, como a Internet, garantem seu uso comum, como no caso da neutralidade de rede. Ou seja, os avanços e recuos do comum nos planos físico e simbólico implicam em maior ou menor espaço para este paradigma no cenário político.

26 **Estimular práticas colaborativas e de mudança nas formas de produzir e circular bens.** A busca de arranjos e soluções engenhosas que mudem a forma de produzir e circular bens é parte fundamental da busca pela estruturação de uma outra economia onde o valor de uso se imponha ao valor de troca. Elas devem se basear na proposta de que o bem-estar provenha de uma ética da suficiência, onde abundância e escassez não organizem a exploração e valoração dos bens.

27 **Buscar novos referentes normativos de proteção e afirmação do comum.** Parte da sustentação do atual sistema baseado em dimensões proprietárias e excludentes se dá pela manutenção de um sistema legal e institucional que o sustenta. O fortalecimento do comum depende da criação de um conjunto de modelos normativos e instituições que possam sustentá-lo, garantindo às práticas do comum também a capacidade de se reproduzir e se proteger.

A força do comum será maior quanto mais amplos forem os novos referentes normativos que o acompanhem. Na prática, é preciso novos marcos jurídicos, novas instituições, transformar leis, regulamentos e rever políticas públicas e sistemas regulatórios sob a lente do comum. O comum é um conceito amplo e genérico, e precisa vir acompanhado de conceitos específicos dele derivados, que deem concretude às suas formas de aplicação.

28 **Reforçar o paradigma da colaboração e do compartilhamento como parte constitutiva da natureza humana.** A perspectiva de que o ser humano não é apenas egoísta e autocentrado precisa ser afirmada, tanto em sua dimensão neurocientífica, a partir de estudos existentes, quanto na dimensão social. A aceitação acrítica desta premissa leva à sua reprodução em círculo vicioso.

29 **Avançar nos protocolos de referência, que ajudem no compartilhamento de soluções sobre gestão e superem dilemas da ação coletiva.** Parte da realização do comum depende do estabelecimento de protocolos de uso e gestão coletiva. Se, por um lado, esses protocolos precisam refletir cada processo específico, por outro eles podem se inspirar em protocolos de referência, soluções criativas que ajudem a superar alguns dos conflitos advindos dos dilemas de ação coletiva e garantir a permanência do paradigma do comum. Um dos desafios do comum é sua dependência de arranjos complexos e sustentados na colaboração do conjunto de envolvidos para ele funcionar bem. Nesse sentido, é preciso viabilizar quadros de referência fortes para que experiências sustentadas neste paradigma não se esgotem ou desvirtuem. O uso equitativo e a administração dos comuns a longo prazo passa por desafios desta ordem para que o processo de apropriação não se torne privatização ou mercantilização. Por exemplo: a ideia de que apenas uma comunidade pode cercar seus próprios espaços por ser a única interessada em determinado

bem comum é correta? O que acontece quando um espaço público de determinado bairro tem seu uso determinado de forma a dificultar acesso a pessoas de outros bairros? Sem respostas sólidas a esse tipo de dilema prosaico, não há como garantir processos perenes e sustentáveis para o comum.

30 Partir das energias de baixo e das mais oprimidas. A afirmação do comum deve partir de elementos de reconstituição das práticas democráticas a partir do fortalecimento do tecido social, do reconhecimento e impulsionamento da energia que vem de baixo, da própria sociedade. Isso não significa que o Estado e as forças institucionais não tenham papel e responsabilidade para a instituição do comum, mas que a efetivação do comum depende de um desenvolvimento social orgânico, que pode até ser estimulado e impulsionado por processos institucionais da macroestrutura, mas que não tem como ser realizado apenas a partir dela. ■

5 10 estratégias para avançar na luta pelo comum

31 A estratégia de incidência política pelo comum deve estar fundada em três princípios simples: reaprender a sonhar, definir sua turma e baixar o centro de gravidade. Ou, concretamente: apontar e desenhar modelos de organização da sociedade sob outra lógica, libertando-se dos paradigmas que hoje nos aprisionam (reaprender a sonhar); localizar na sociedade todos aqueles que já estão trabalhando pelo comum ou que tem potencial em assumir esse paradigma e ampliar seus vínculos e identidades política, cultural e social (definir sua turma); e trabalhar com temas concretos e reais a partir da ligação da realidade local com a agendas nacionais e internacionais (baixar o centro de gravidade);

Reaprender a sonhar

32 **Pautar o comum** – É preciso pautar o comum como referência paradigmática, e identificar aliados nas instâncias públicas e privadas. Setores que estejam comprometidos com o interesse público devem ser atraídos para a discussão e percepção deste novo paradigma. Esse processo deve mobilizar todas as formas de expressão. Entendemos que a arte, a cultura e a comunicação jogam papel central nesse processo.

33 **Oferecer referências** – É preciso mapear experiências baseadas no comum, oferecer saídas e sugerir caminhos, ou seja, utilizar os processos práticos e os desenhos de futuro como referentes para aqueles agentes – desde coletivos locais até servidores públicos – que podem se identificar com o paradigma do comum.

Definir tua turma

34 **Articular os comuneiros e apostar na organicidade do campo** – Hoje o cenário é marcado pela ausência de um campo político que atue em torno do tema do comum. Isso não significa que lutas políticas importantes não sejam travadas em torno de temas e princípios correlatos, como acontece em diversas lutas na área do meio ambiente, da Internet, do urbanismo, da educação ou da saúde. Não há, contudo, o reconhecimento de um campo que se organize em torno de uma pauta que tenha como 'centro de gravidade' o comum. Essa constatação é importante por dois motivos: por um lado, supõe a oportunidade e a possibilidade de se forjar um campo, a partir de um terreno não moldado por tecidos e tensões fixadas. Por outro, sinaliza a dificuldade de se construir um processo de incidência política sustentado na defesa do comum, justamente pela ausência de pelejas nela baseadas. A atuação política pelo comum passa certamente pela articulação com agendas e agentes que atuam em defesa do comum, ainda que não sob essa insígnia, de forma a explicitar identidades e fortalecer essas lutas. Na dimensão prática, é necessário articular processos comuns entre as lutas pelo comum. O trabalho pela organicidade de um campo ajuda a dar visibilidade à sua agenda e a conquistar apoio da sociedade.

35 **Reconhecer as lutas pelo comum** – Ao lado da articulação do campo, seria preciso identificar, na conjuntura atual, temas em debate e em disputa cuja raiz central esteja na dimensão de afirmação do comum, ainda que não estejam assim nomeados. Ou seja, compreender que a disputa 'a frio' é bem mais difícil e complexa do que a disputa 'a quente', de temas que se imponham na agenda pela sua força política ou por interesses organizados e manifestos, ainda que não alinhados. Aqui a discussão deve ser no sentido de se perguntar se queremos ressignificar questões já postas na agenda pública, de forma a trazer para o centro a perspectiva do comum, ou até se queremos trazer a perspectiva do comum como forma de ampliar a adesão às pautas. Um campo especialmente relevante aqui são as lutas identitárias, que por sua própria natureza carregam um sentido comunitário que já é hoje, muitas vezes, atravessado pela dimensão do comum.

36 **Construir o caminho ao caminhar.** Na definição da estratégia para fortalecimento do campo, é preciso ter claro o 'sentido geral' e os objetivos comuns entre os comuneiros, sem que haja tentativa de impor agendas de interesse individual. A definição da estratégia parte de um diálogo interno ao ecossistema de organizações, associações e "extituições" que atuam direta ou indiretamente em diálogo com esta agenda. Mais ainda, a forma de atuar na incidência política deve partir de uma definição também mais ampla sobre como a forma de atuação pode ativar dimensões simbólicas e estéticas contemporâneas, de forma a dialogar diretamente com os desejos e projeções de futuro daqueles que se pretende mobilizar.

Baixar o centro de gravidade

37 **Praticar e experimentar o comum** – É preciso ter claro que o comum não está dado como tal pela simples natureza de arranjos em torno de determinado tema. Comum é uma escolha que se constrói como tal pelo processo de abordagem política que se dá em torno dele. Nesse sentido, a atuação política pelo comum se torna, em si, um processo de disputa pela 'comunização' de determinados processos. Não existe defesa do comum sem praticar e experimentar o comum. Pela sua própria natureza, não há como tratar o tema apenas de forma discursiva ou teórica.

38 **Acumular organização a partir de experiências reais e problemas concretos.** Se as lutas e processos organizativos ganham força a partir de pautas quentes, então há duas modalidades de problemas concretos que podem ser base para a ação. Um são temas e causas surgidos nas experiências práticas, mas que tenham sentido e repercussão geral, podendo se tornar emblemáticos. Estes temas certamente se desdobrarão, e a partir daí, deve-se buscar a proposição de critérios e caminhos para se optar ou se abandonar temas, de forma a identificar, proteger e articular o que existe e defender, produzir e afirmar comuns. Talvez a primeira pergunta que se imponha seja: há gargalos, em âmbito local ou nacional, que afetem hoje estruturalmente a capacidade de o comum se estabelecer efetivamente como referência? De outro ângulo: quais os espaços mais capturados pela apropriação excludente, oposta ao comum, e com mais capacidade de reorganizar processos so-

ciais, culturais ou políticos, desde que tenham seus sentidos alterados? Outro caminho, conceitual e metodologicamente inverso, e igualmente importante, é partir 'de baixo'. Ou seja, identificar, por meio dos processos vivos, temas e processos nos quais haja gargalos institucionais que precisem ser enfrentados por meio de processos de incidência política em âmbito local ou nacional. Nessa perspectiva, as ações derivam de objetivos específicos tomados dos processos locais, e não de grandes estratégias gerais. Aqui, claramente, a incidência política vem a serviço da solução de um problema concreto. O centro é o problema original e não os gargalos gerais de uma agenda voltada à afirmação do comum.

39 **Subir o sarrafo, sem descolar da realidade** – em um período de utopias sufocadas, é fundamental que a luta pelo comum sirva para subir o sarrafo e estabelecer um horizonte de transformação real, mais igualitária e sustentável. Ao mesmo tempo, é preciso cuidar para que os objetivos sejam altos, mas alcançáveis. Ou seja, em cada processo é preciso identificar de onde se parte, aonde se quer chegar e avaliar se é possível traçar uma linha entre os dois pontos. A atuação política pelo comum deve se alimentar de utopias, mas não de ilusões.

40 **Articular as diferentes agendas em torno do comum** – por fim, uma estratégia de incidência política pelo comum deve enxergar o conjunto das agendas que têm relação com o tema, sem isolar cada uma das pautas. É preciso localizar cada processo no tempo e no espaço. Ou seja, perguntar-se com quais outros processos ele se relaciona, e de que forma. Ao mesmo tempo, compreender as ações de curto, médio e longo prazo e articulá-las com processos irmanados. Aqui é preciso, em especial, identificar *loci* específicos onde se articulam partes dessas lutas – como a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a Unesco –, e trabalhar processos específicos de incidência nestes espaços, a partir da articulação da sociedade civil internacional. ■

[1] Cf. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca Editora, 2014.

[2] Quanto a isso, vale a referência ao estudo realizado pelo coletivo Vigência, que aponta várias dimensões da captura do Estado.

O que é o Instituto Procomum?

IP é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão agir para reconhecer, fortalecer e proteger os bens comuns, criar novos arranjos comunitários e evitar que ocorram processos de cercamento pela ação privada e/ou estatal. Existem várias formas pelas quais podemos colaborar:

SE VOCÊ É UM ORGÃO PÚBLICO

- Formação para gestores públicos, conectando e trazendo boas práticas a partir das nossas redes locais, mas também internacionais;
 - Mapeamento de iniciativas cidadãs;
 - Construção de framework legislativo para espaços públicos e comunais nas cidades.
-

SE VOCÊ É DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

- Consultoria para desenvolvimento de projetos de inovação cidadã e que preservem os comuns;
- Elaboração e aplicação da metodologia dos labs e dos circuitos de acordo com as temáticas da organização parceira;
- Produção de conteúdo e curadoria de eventos relacionados às áreas temáticas do Instituto;
- Conteúdo e reflexão sobre novas organizações da sociedade civil (ORG.LAB).

SE VOCÊ É UM CIDADÃO

- Percursos formativos;
 - Consultoria, acompanhamento e apoio no desenvolvimento de projetos de inovação cidadã;
 - Microbolsas para indivíduos, coletivos e comunidades para apoio a projetos de inovação cidadã;
 - Residências, encontros, eventos e intercâmbios.
-

SE VOCÊ É UMA EMPRESA

- Mapeamento de iniciativas cidadãs que tenham relação com sua missão e seus valores;
- Oficinas e percursos formativos para sua equipe ou seu público-alvo;
- Construção de uma política de apoio e suporte à inovação cidadã.

SAIBA MAIS SOBRE O IP EM:

www.procomum.org

 /institutoprocomum   /procomum





INSTITUTO
PROCOMUM